

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIEL ÍCARO DA SILVA

INTEGRALISMO E CATOLICISMO:
APONTAMENTOS E AMBIGUIDADES DE ALCEU AMOROSO LIMA NA REVISTA *A*
ORDEM

JUIZ DE FORA

2019

GABRIEL ÍCARO DA SILVA

CATOLICISMO E INTEGRALISMO:

APONTAMENTOS E AMBIGUIDADES DE ALCEU AMOROSO LIMA NA REVISTA *A
ORDEM*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito para a
obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves

JUIZ DE FORA

2019

GABRIEL ÍCARO DA SILVA

CATOLICISMO E INTEGRALISMO:

APONTAMENTOS E AMBIGUIDADES DE ALCEU AMOROSO LIMA NA REVISTA *A
ORDEM*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito para a
obtenção do grau de licenciado em História.

Aprovado em 29 de Novembro de 2019

Professor Doutor Leandro Pereira Gonçalves
Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Alexandre Luís de Oliveira
Leitor Crítico
Universidade Católica de Petrópolis

AGRADECIMENTOS

Pela ocasião de conclusão da Licenciatura em História, me vendo em dívida impagável com os que, Providencialmente, me foram preciosos no trajeto, gostaria de agradecer:

À professora Mônica Ribeiro Oliveira, que me proporcionou o primeiro acesso direto com a pesquisa histórica através da oportunidade de iniciação científica no LAHES.

Ao querido professor e orientador Leandro Pereira Gonçalves, pelo constante incentivo e encorajamento, pela oportunidade da iniciação científica no LAHPS que me ajudou a definir alguns passos acadêmicos, e pela zelosa orientação neste trabalho.

Aos colaboradores do Instituto Cultural Tomás de Aquino, pela receptividade e auxílio que me ofereceram na consulta ao seu rico acervo.

Aos amigos do “LAHES e associados”, Gabriela, Samuel e Rúbia, pessoas com quem as conversas com café se tornaram momentos muito significativos de aprendizado e amizade.

Às colegas de bolsa no LAHPS, em especial a Renata, com quem empreendi o projeto sobre o fascismo na América do Sul. O trabalho de pesquisa foi mais divertido com vocês.

À querida Mônica Mathias, pela experiência amistosa e feliz que foi a bolsa no arquivo do CDARA. Agradecimento extensivo aos colegas daquela bolsa.

Aos colegas de curso que também se tornaram (ou se mantiveram) amigos, em especial aos queridos: Lucas Eduardo, Leonardo, Caroline, Vítor, Mariana, Jamile e Nathalia. Obrigado pela presença e companheirismo.

Aos meus familiares, sobretudo minha mãe Sonia, e irmãos Douglas e Vanessa, pelo amor, incentivo e fortaleza que me ofereceram e me inspiraram com seu exemplo.

À Aliança Bíblica Universitária do Brasil que ressignificou minha presença na universidade e me deu amigos de alma. Agradeço a todas as pessoas que conheci na ABU, em especial aos queridos: Lucas Moreira, Jhessika, Rebecca, Ritielen, Júlio, Sarah, Christian e Eduardo. Obrigado por poder contar com vocês ao longo desses anos, pela presença, humor, cuidado e partilha que fizeram o caminho ser mais bonito e leve.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora, símbolo tanto pessoal, para mim, quanto coletivo, para a sociedade brasileira, do poder transformador que tem o ensino público, gratuito e de qualidade.

Deus não nos deu a inteligência para obedecermos servilmente e sim para aplicarmos os princípios gerais às nossas condições particulares. É justamente o objeto de uma virtude que os moralistas chamam de prudência e sem a qual é impossível qualquer ação inteligente em matéria social.¹

¹LIMA, Alceu Amoroso. Catolicismo e Integralismo II e III. n. 15(13), jan/jun 1935, p. 86.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as estratégias de atuação e posicionamento da Igreja Católica no Brasil na esfera política da década de 1930, especificamente pela perspectiva da atuação do laicato sob a liderança de Alceu Amoroso Lima. Parte-se de uma análise dos movimentos que emergem no início do século XX associados à recatolização do país, articulados em conjunto pelo clero e laicato organizado, chegando ao momento em que tais mobilizações culminam no auge da atividade leiga, com a atuação da Liga Eleitoral Católica e a adesão recorrente de fiéis católicos a agremiações políticas, com destaque para aquela liderada por Plínio Salgado. O trabalho procura enfatizar, sob a perspectiva dos contrastes e ambiguidades, a orientação do Centro Dom Vital e da Ação Católica Brasileira, com Amoroso Lima em seus quadros de diretoria, em face da emergência de uma proposta política nacionalista, autoritária, de inspirações fascistas e com elementos em comum com o catolicismo, qual seja aquela representada pela Ação Integralista Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Integralista Brasileira. Alceu Amoroso Lima. Autoritarismo. Intelectualidade Católica. Liga Eleitoral Católica. Laicato.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AIB - Ação Integralista Brasileira

ACB - Ação Católica Brasileira

ANL - Aliança Nacional Libertadora

LEC - Liga Eleitoral Católica

PCB - Partido Comunista Brasileiro

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: Do Adeus à Disponibilidade aos livros de circunstância	10
1.1. Apontamentos sobre a trajetória de Alceu Amoroso Lima	10
1.2. O intelectual como protagonista: alguns trabalhos sobre Amoroso Lima	13
Capítulo 2: Planos em ordem: A Igreja, a Política e o Intelectual	17
2.1. Crise e reação: o cenário geral do catolicismo no começo do século XX	17
2.2. Catolicismo Militante no Brasil: do Centro Dom Vital à ACB	19
2.2. Espiritualismo ou oportunismo? A instrumentalização da religião pela Ação Integralista Brasileira	22
Capítulo 3: Entre discursos: as posições paralelas de Amoroso Lima	24
3.1. LEC: Um partido católico? Os anseios dos fiéis e a posição da Ação Católica	25
3.2. Integralismo e Catolicismo por Amoroso Lima	28
Conclusão	32
Referências	33

Introdução

O debate acadêmico a respeito das relações entre a religião católica e a Ação Integralista Brasileira, se bem que tenha sido bastante desenvolvido em determinadas perspectivas, ainda continua a oferecer possibilidades de análise sob o viés da interpretação do dito movimento político pela Igreja. Em uma abordagem que enfatize a ação do laicato, a figura de Alceu Amoroso Lima (1883-1993) desponta como central. Após se aproximar de forma entusiasmada do catolicismo na década de 1920, este industrial do ramo têxtil e crítico literário, também referenciado pelo pseudônimo Tristão de Athaide, passa a desempenhar papel de voz autorizada da Igreja no trato de temas sociais e políticos. Nota-se que tal aproximação é muito ligada ao relacionamento de cunho intelectual entre Lima e Jackson de Figueiredo (1891-1928). Figueiredo se notabilizou por ser difusor de uma proposta para a sociedade brasileira pautada em conservadorismo autoritário orientado pelos parâmetros do tradicionalismo cristão. Com sua morte em 1928, Amoroso Lima foi indicado como sucessor para assumir o cargo à frente do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem* pois era visto como alguém capaz de perseverar no projeto da Igreja de trânsito e influência nas esferas seculares da sociedade de forma sujeita à autoridade e hierarquia eclesiástica.

Desde as décadas finais do século XX até a produção acadêmica do tempo presente Amoroso Lima tem sido alvo de análises acadêmicas no campo da História, da Ciência da Religião, da Sociologia, da Filosofia e mesmo da Educação. De modo geral os trabalhos têm buscado privilegiar a expressividade desse sujeito enquanto liderança das organizações leigas reconhecidas pelo Clero; suas posturas políticas conservadoras na década de 1930; e sua virada progressista a partir de 1945. Em sua fortuna crítica é comum que se aponte, em linhas gerais, certa disposição por parte do intelectual a um modelo de organização social autoritário e conservador, bem como a futura revisão de postura política. No entanto, se esta segunda condição é contemplada por várias reflexões aquela primeira ainda carece de maior problematização especialmente em vista das ambiguidades de pensamento que o intelectual apresenta em relação à proposta integralista expressada pela AIB. Há um sentido em que os discursos de Lima sobre o caráter supra e extra partidário da ACB, organização da qual é representante, se chocam com as impressões que tem sobre a AIB. É nesse sentido que o presente trabalho pretende contribuir.

Organizada em três capítulos, a discussão aqui colocada inicia o primeiro capítulo tratando de apresentar ao leitor a figura que será o cerne da análise, traçando uma linha expositiva da trajetória de Amoroso Lima até seu imediato pós conversão, seguida de um levantamento da produção acadêmica que tematizou o intelectual. O segundo capítulo se propõe a estabelecer o cenário mais amplo no qual Lima está inserido nos anos 1930, contexto cuja compreensão oferece instrumentos para que se melhor avalie tanto as estruturas institucionais em que esteve associado como também a matriz de seu pensamento político. Dividido em três seções, este segundo capítulo analisa, em ordem, o cenário geral do catolicismo no começo do século XX; a interação e movimentação da Igreja no Brasil diante desse cenário; e por fim, a atuação da AIB em face do catolicismo. Todas as três seções se conectando com a reflexão sobre o movimento leigo organizado no Brasil, liderado por Lima. Com esta base o terceiro capítulo se dedica a compreender os pressupostos estabelecidos pela ACB sobre política partidária em geral e sobre o integralismo especificamente, através dos artigos de Amoroso Lima na revista *A Ordem*.

Embora o trabalho percorra por espaço temporal que compreende as décadas finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, o cerne da análise se concentra na década de 1930 no Brasil. Mais especificamente, nas posições do líder do laicato católico a respeito da Ação Integralista Brasileira. Tomando como fontes centrais os artigos de Lima na revista *A Ordem* e, subsidiariamente, documentos oficiais da Igreja, o propósito deste trabalho é lançar bases para uma análise mais ampla sobre a dimensão do contato entre o intelectual católico e a proposta política de caracterização fascista propalada por Plínio Salgado. Sob a hipótese de que tal contato se dá para além do plano conceitual que se expressa nos artigos publicados na revista do Centro Dom Vital, o presente trabalho serve como que para situar o cenário para uma discussão mais aprofundada sem, no entanto, deixar de ser relevante na medida em que contribui para a compreensão da resposta da Igreja Católica ao movimento que em muito se apropria de seus elementos.

Capítulo 1: Do *Adeus à Disponibilidade* aos *livros de circunstância*

1.1. Apontamentos sobre a trajetória de Alceu Amoroso Lima

As três primeiras décadas do século XX compreendem um período riquíssimo da produção e circulação de ideias culturais, políticas e mesmo religiosas no Brasil. Cenário em que, sob os auspícios da recém inaugurada ordem liberal republicana e suas controvérsias, a contestação emerge de variadas formas, amiúde orbitando a vida intelectual do país. Tal é o caso dos frequentemente conflitantes movimento modernista, ao propor novos paradigmas para a criação cultural nacional, e o movimento de Restauração Católica cujo fundamento é a mobilização da Igreja para recuperar o espaço perdido na esfera secular após a proclamação da República, bem como se opor à modernidade identificada com o materialismo e individualismo. Para além da possibilidade de compreensão de movimentos em linhas gerais, o período em questão traz ao palco do cenário brasileiro uma vasta gama de personagens cujas trajetórias públicas não apenas são emblemáticas daquele clima efervescente que culmina na década de 1930 como também legaram contribuições ao debate público daquela época e ao debate acadêmico presente sobre o referido período. Tal é o caso de Alceu Amoroso Lima, também referenciado pelo seu pseudônimo Tristão de Athayde.

Amoroso Lima, nascido em 1893 em uma família de classe média do Rio de Janeiro, à altura capital federal, teve sua formação intelectual básica entre o final da década de 1900 e meados dos anos 1910. Tendo obtido o título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1913, experienciou até meados dos anos 1920 uma trajetória diversificada: esteve entre a advocacia, diplomacia, crítica literária, havendo ainda atuado na administração da empresa do ramo têxtil de seu pai. É por ocasião desta última ocupação, a propósito, que Lima julgou por bem o uso de um pseudônimo na medida em que os pretensos intelectuais que transitavam na lida com trabalhos industriais poderiam ser alvo de demérito (FERREIRA, 2001).

É, entretanto, a partir do contato com a Religião que a trajetória de Amoroso Lima ganha, nas palavras de Marcelo Timotheo da Costa, suas cores mais marcantes.

Pensador, portanto, fortemente marcado pela fé que professava. Pode-se dizer que o catolicismo de Alceu confere um colorido especial à sua vida e obra – da conversão, em fins dos anos 1920, até sua morte, no limiar dos noventa anos, na década de 1980 (COSTA, 2006, p. 19).

Tendo sido educado em um lar tradicionalmente católico, Amoroso Lima experimenta em sua juventude um afastamento daquele aspecto da vida que observa como relevantes as questões ligadas ao transcendente, à religião. Isto pode ser associado ao contato com o meio cultural de seu tempo, não raro envolto em perspectivas laicizantes e mesmo anticlericais, presentes no bojo da então emergente modernidade. Há que se notar que a atuação de Lima como crítico literário, o colocando em direto contato com o Movimento Modernista, certamente contribuiu para o referido afastamento. Não obstante, a década de 1920 representa-lhe um momento de mudança. Marcelo Timóteo afirma que “Alceu é um *católico* em movimento, em tempos de rápidas transformações” (COSTA, 2006, p. 59). Entendida a ideia de movimento em um sentido de disposição à transformação, é possível alargar esta afirmação dizendo que Alceu é um *homem* em movimento, tendo em vista suas diversas áreas de atuação antes da conversão e o próprio processo de adesão ao catolicismo, ocorrido na década de 1920, decorrente de seu contato com o padre jesuíta Leonel Franca e com o intelectual Jackson de Figueiredo.

Tal contato, sobretudo entre Lima e Figueiredo, inicialmente de cunho intelectual e posteriormente em tom de discipulado cristão, parece remeter a um contexto mais amplo da chamada tarefa de recristianização do país a partir do catolicismo, levada a frente por Dom Sebastião Leme da Cintra, bispo com atuação marcante em Olinda entre 1916 e 1921, e no Rio de Janeiro entre 1930 e 1942, ano de sua morte. Em 1916 Leme publica carta circular à Igreja no Brasil onde, consoante aos movimentos do Vaticano a fim da interferência católica nas esferas seculares da sociedade, incentiva os fiéis a uma postura de inconformidade com o fato de estarem ausentes nas deliberações da vida pública do país, como bem explicita no trecho:

(...) ao católico não pode ser indiferente que a sua pátria seja ou não aliada de Jesus Cristo. Seria trair a Jesus; seria trair a pátria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de católicos e brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrofante com que nos habituamos a ser uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciência dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tentá-lo – é obra de fé e ato de patriotismo (LEME, 1916, p. 30).

Contra o “marasmo atrofante” Leme assume a postura de indutor, da parte do clero, do desenvolvimento de ações práticas como a militância ativa de intelectuais católicos, se valendo da pungente presença desses sujeitos. O ideal autoritário e a crítica à democracia liberal como tendência política a partir da década de 1920 assume, entre a intelectualidade

brasileira, duas posturas distintas como aponta José Luis Bendicho Beired (apud LOPES, 2015, p.37). A primeira, representada por nomes como Oliveira Vianna, é marcada pela perspectiva do positivismo; a segunda tendência, chamada espiritualista, é bifurcada entre a intelectualidade católica e o pensamento de inspirações fascistas da AIB, representada por nomes como o do citado Jackson de Figueiredo de um lado e de Plínio Salgado de outro.

Ora, é nessa intelectualidade católica que Leme vai buscar os nomes para sua tarefa de recristianização do país, agregando ao seu entorno personagens expressivos como Figueiredo, a quem foi delegada a missão de fundar e conduzir o Centro Dom Vital até sua morte, em 1928. No âmbito deste estudo há um sentido em que é importante que se perceba na figura de Figueiredo sua forte inclinação política reacionária, como afirma o próprio Amoroso Lima quando diz que “é incontestável que Jackson de Figueiredo foi o precursor de todos os movimentos de reação antiliberal e antissocialista que em nosso meio constituem para a maioria uma novidade absoluta” (LIMA, 1936, p. 188). Não obstante as críticas que se possam fazer à uma dita história cultural “tradicional” que valoriza as relações de filiação dos intelectuais, é relevante a compreensão da conversão de Alceu Amoroso Lima muito associada imediatamente ao contato com Jackson e, em um segundo momento de sua caminhada de recém converso, acompanhada por Sebastião Leme.² A referência do catolicismo engajado de Alceu, assim que se dá sua conversão, estará então em Figueiredo, de quem se inspiram as ideias e tendências que o movimento leigo organizado sob a liderança de Amoroso Lima irá apresentar ao longo da década de 1930.

Após a conversão, portanto, Alceu passa a dedicar seus talentos de intelectual e profícuo escritor à causa católica, a combater o supracitado “marasmo atrofiante” com uma militância ativa. Em 1928, com a morte de Jackson de Figueiredo, Lima é apreciado para sucessor natural na liderança da intelectualidade católica. É, então, levado a assumir as responsabilidades à frente do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*,³ bem como a gozar do prestígio e legitimação diante do episcopado nacional representado pela figura de Sebastião Leme. Este clérigo, a propósito que o irá delegar-lhe a responsabilidade por organizações de

² Aqui se faz menção a oposição que Robert Darnton estabelece entre sua História das Mentalidades e a chamada História Cultural tradicional. O presente trabalho acompanha a ideia do autor de que há elementos a se investigar que ultrapassam a dimensão do filiação, mas não desconsidera esta última. Conferir: DARTON, Robert. (1984). Apresentação. In: O Grande Massacre de Gatos; e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XIII-XVIII.

³ O centro Dom Vital foi criado em 1920 por Jackson de Figueiredo com vistas à promoção do ideal católico frente aos riscos impostos à Igreja. A Revista *A Ordem* foi uma Publicação católica mensal voltada ao nicho intelectual. Fundada em 1921 por Jackson de Figueiredo, sendo extinta em 1991.

grande vulto à altura, a saber a Ação Católica Brasileira e a Liga Eleitoral Católica.⁴ A atuação de Amoroso Lima no âmbito das associações leigas organizadas lhe confere grande notoriedade não só em sua época como também no interesse analítico posterior. O fato de que sua produção, em livros e artigos, tenha apontado para propostas ligadas ao fortalecimento da Autoridade e da Religião enquanto orientadoras da sociedade, em contexto muito particular da História brasileira - a instauração de uma nova fase da República a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas; efervescência cultural e política; e movimentações da Igreja a fim de recuperar sua notoriedade na esfera secular - coloca esse personagem em evidência.

1.2. O intelectual como protagonista: alguns trabalhos sobre Amoroso Lima

A respeito da intelectualidade católica brasileira nos anos de 1930, existe considerável produção acadêmica que tematiza, em linhas gerais, as articulações da Igreja de Roma no país a fim de se estabelecer como relevante num cenário de secularização. Mesmo nesse escopo maior de análise, Alceu Amoroso Lima ainda é nome de expressiva recorrência uma vez que, enquanto liderança do laicato, chega a ser apontado como um preposto não ordenado do clérigo mais influente do episcopado nacional, Sebastião Leme. Assim, desde a década de 1980, diversos pesquisadores dedicaram-se a refletir sobre a trajetória de Lima. Conforme aponta Cândido Moreira, os trabalhos produzidos entre 1970 e 2010 consistem, em grande parte, de análises sociológicas e filosóficas a respeito dos pressupostos teóricos do pensamento de Alceu. Há também bastante expressividade nos trabalhos que enfatizam as contribuições de Lima para o campo da Educação, em um contexto de disputas de discurso e hegemonia entre o movimento da Escola Nova e a Igreja, partidária do ensino confessional. O autor ainda aponta que se as posições do intelectual nos anos 1930 ganham destaque nas produções e são abordadas em relação direta com a Igreja Católica, na medida em que este é o período de seu maior alinhamento ao clero e proeminência entre o laicato, parece haver relativamente mais lacunas no que respeita ao tipo de relação que o intelectual vai estabelecer com a Igreja após a virada progressista dos anos 1940 em diante, de modo que passa ser analisado de forma mais independente das posturas políticas do catolicismo (MOREIRA, 2012).

⁴ Maiores desenvolvimentos sobre essas organizações estão presentes no segundo capítulo deste trabalho.

A fase conservadora ou reacionária de Lima, nos anos de 1930, é emblemática de sua trajetória. Valendo-se do espírito antiliberal e antissocialista em voga no catolicismo da época, seus escritos indicam que o intelectual chega a identificar a solução da questão social como passando pela resposta da harmonia das classes orientada pela autoridade do Estado que garantiria a coexistência e apaziguamento dos interesses conflitantes na sociedade. Pensamento muito fundamentado nas próprias diretrizes da Igreja Católica, expressas sobretudo na encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, e no documento de mesma natureza *Quadragesimo Anno*, de 1931. Dentre os desenvolvimentos mais relevantes que passam por essa fase reacionária de Alceu, está um trabalho que pode ser situado entre os pioneiros: *O pensamento político de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) na década de 30* (CAUVILLA, 1992). Nessa obra, resultado de uma pesquisa a nível de mestrado, Waldir Cauvilla se dedica a refletir sobre aspectos do pensamento autoritário de Amoroso Lima entre os anos de 1928 e 1937 tomando como referência seus livros e textos publicados no período, bem como considerando o que Lima viria a dizer sobre esse momento anos depois em suas “Memórias improvisadas.”⁵ Este trabalho pode ser compreendido como um ponto de partida para desenvolvimentos sobre o pensamento autoritário de Amoroso Lima, muito embora ressalvas devam ser feitas a suas considerações a partir da visão amorosiana de 1973, além de que no que respeita às aproximações entre Lima e o integralismo Cauvilla não tenha esgotado a análise.

Com respeito à produção mais recente, dos anos de 2000 até o 2015, algumas outras pesquisas foram realizadas tendo como cerne a intelectualidade católica em geral e Tristão de Athayde especificamente. Nessa safra encontram-se trabalhos relativos à contribuição do intelectual nas discussões sobre Educação, ou a suas movimentações políticas ao longo do século XX, sobretudo pela perspectiva da virada progressista que faz a partir de 1940. Nesse sentido destaca-se o trabalho realizado por Marcelo Timotheo da Costa, resultado de uma trajetória de pesquisa que passa por um Mestrado e um Doutorado. Em sua investigação Costa analisa tanto o sentido espiritualista que Alceu assume em vida, sendo esta compreendida em perspectiva do paraíso cristão, quanto as transformações de pensamento

⁵ A autobiografia publicada por Amoroso Lima em 1973 consiste numa revisão de trajetória onde o autor chega mesmo a renegar parte de seus posicionamentos regressos. A respeito da via política autoritária defendida por católicos, afirma “O clericalismo, o autoritarismo e o tradicionalismo são deformações psicológicas, políticas e até religiosas, que acompanham muitas vezes os mais puros e respeitáveis sentimentos piedosos. É o caso do integralismo, cujos adeptos estão convencidos de que a Igreja é de direita” (LIMA, 1973, p.121).

político experimentadas por ele ao longo dessa vida interpretada como viagem por todo o século XX. O cerne do trabalho de Costa pode ser expresso quando ele afirma:

Permanência, mudança, tensão. Tensão também presente em duas imagens bastante tradicionais associadas ao intelectual em pauta: a primeira é a do católico reacionário, o cruzado romanizador, prevalente nas duas décadas seguintes à conversão de Alceu. A segunda é do crente aberto à modernidade que, em vez de condenar o tempo corrente, dialoga com ele e com a sociedade em chave pluralista. Trata-se do modelo eclesial que vai prevalecer no Concílio Vaticano II e encontrará em Alceu um de seus precursores e maiores defensores.

A apresentação de Amoroso Lima como alguém que incorporou, em épocas diversas, registros eclesiológicos heterogêneos é lembrada pela quase totalidade de seus comentadores. Contudo, a explicitação mais detalhada de sua transformação não o é. Neste ponto, o presente texto pretende contribuir (COSTA, 2006, p. 20).

Para além, destacam-se ainda os valiosos trabalhos de Cândido Moreira Rodrigues, Leandro Luiz Cordeiro e Guilherme Ramalho Arduini.⁶ As três produções, com propostas próximas e perspectivas diferentes, trazem ricas elucidações sobre o pensamento político de Amoroso Lima e os projetos sociais da Igreja Católica em inícios do século XX, oferecendo subsídios a uma investigação que prime por apurar mais detidamente as aproximações de Lima com o autoritarismo de sua época, sobretudo o integralismo. A respeito desse ponto específico, os trabalhos dedicam breves observações sem que haja maior aprofundamento. Outro trabalho importante é a dissertação, em perspectiva sociológica, de Douglas Branco Pessanha Lopes. Este pesquisador analisa o sentido atribuído aos conceitos de Crise, Revolução e Integralismo nas obras de Alceu Amoroso Lima e de Plínio Salgado. Tais conceitos, correntes e difusos à época, são instrumentalizados de formas distintas em certos sentidos, mas convergentes em outros pelos intelectuais citados.⁷ Priorizando as discussões conceituais, o trabalho de Lopes indica haver proximidades e distâncias nos horizontes de expectativa política de Amoroso Lima e de Plínio Salgado. O autor argumenta que as proximidades que se encontram entre o pensamento “amorosiano” e o “pliniano” se deve à mesma base de reação à modernidade e ao naturalismo, que se consubstancia no chamado espiritualismo, isto é: na busca de respostas aos problemas da sociedade além da própria

⁶ Rodrigues, Cordeiro e Arduini publicaram seus trabalhos respectivamente em 2006, 2008 e 2009.

⁷ Importante ressaltar que o conceito de “Integralismo” é anterior à fundação do AIB, senso mesmo já utilizado por Jackson de Figueiredo nos anos de 1920, e ainda encontrando colocações próximas fora do Brasil.

sociedade em sua dimensão exclusivamente material. Dessa forma, de acordo com a interpretação espiritualista da realidade,

A inteligência humana era vista como extremamente limitada, e por isso, qualquer forma de conhecimento que a tomasse como base, que tomasse os homens como fonte de explicação seria pensada como algo feito em uma base inferior. (...)Deste modo, o que Alceu Amoroso Lima procurava fazer era inserir o aspecto religioso, a realidade “espiritual”, “sobrenatural” dentro do pensamento sociológico. O pensamento somente seria completo e teria validade de análise social caso reconhecesse que os homens eram seres de “transição entre o mundo natural e o mundo sobrenatural.” (ibidem, p. 81)

Como mencionado em outro momento, o engendramento de ideias e propostas para a sociedade brasileira a partir de uma base espiritualista se manifesta, para além do orbe católico, nas agremiações políticas de teor autoritário, o que no Brasil dos anos 1930 é evidente no ideal integralista difundido por Plínio Salgado. De acordo com Lopes, ideologicamente há muitos paralelos que se podem estabelecer entre o pensamento de Amoroso Lima e de Plínio Salgado, tendo o autor estabelecido quadro comparativo a esse respeito a partir dos métodos de pesquisa das ciências sociais. Evidenciando diferenças e proximidades entre as posições dos intelectuais, o referido quadro leva ao questionamento do grau de impacto real das proposições da AIB no líder do laicato, para além das coincidências de pensamento. Muito embora suas diferenças conceituais não possam ser consideradas banais - como é o caso da percepção do conceito de revolução, que é vista como um processo natural e desejado no integralismo, e como algo a se evitar na perspectiva de Lima - igualmente não banal é a aproximação que muitos católicos (clérigos e leigos) tiveram do movimento liderado por Plínio Salgado. Aproximação expressa tanto por simpatias declaradas no plano conceitual, como pelo ato concreto de filiação e militância nos quadros da AIB. Desta maneira, importa a reflexão sobre a vida da Igreja Católica no Brasil com uma situação particular de interação de seus membros com uma corrente política específica. Se nos trabalhos desenvolvidos sobre Amoroso Lima são encontrados elementos que permitem o movimento de análise sobre a interação que teve com os contextos políticos que experienciou ao longo de sua passagem pelo século XX de um modo amplo, vê-se ainda relevante e pendente a percepção de sua interação com uma posição política específica que em muito se tenta mimetizar pelo catolicismo.

Capítulo 2: Planos em ordem: A Igreja, a Política e o Intelectual

A proposta deste segundo capítulo é estabelecer as linhas gerais que dão o tom para o cenário sócio político no qual a Igreja Católica no mundo e mais especificamente no Brasil esteve inserida entre as décadas de 1880 e 1930, sendo esta última a culminância da presente análise. Assim, serão abordados o cenário de ameaças sofridas e reação da Igreja; suas repercussões no Brasil, havendo destaque para a ação do Centro Dom Vital, onde Amoroso Lima assume protagonismo a partir de 1928; e por fim será analisada a expressão autoritária na política que se dá pela Ação Integralista Brasileira, sobretudo no que respeita ao seu uso instrumentalizado de elementos da religião católica.

2.1. Crise e reação: o cenário geral do catolicismo no começo do século XX

Se o ocidente atravessa, a partir de 1789, um século marcado pela égide do Liberalismo enquanto norma orientadora da vida civil, política e econômica, as décadas finais do século XIX impõe severas dificuldades à crença irrestrita no sistema propalado pela Revolução Francesa. Suas vantagens apontadas como iniciativa, mérito, liberdade, democracia e autonomia são confrontadas com seus efeitos colaterais não muito bem recebidos. Por um lado há o esgarçamento das relações entre capital e trabalho, de onde se origina a condição miserável das classes trabalhadoras, cuja liberdade se encontra muito restrita entre a escolha de submeter a situações de exploração laboral ou a miséria total. Por outro, os sistemas políticos, chamados democráticos e representativos, encontram dificuldades de promover a plena representação e promoção de todos os que estão sob sua jurisdição, sendo assim alvos de críticas à sua eficiência e mesmo moralidade. E há ainda uma crítica à perda do ideal coletivo de sociedade, o qual teria cedido lugar a um contumaz individualismo. Nesse contexto propostas de ruptura pululam. Em uma orientação progressista as proposições anarquistas, e posteriormente socialistas tomam vulto como opção de solução aos problemas decorrentes do Liberalismo. A Revolução Russa, em 1917, se apresenta como potencializadora de tal posição. Em um sentido conservador - ou mesmo reacionário - vigoram as proposições orientadas pela Doutrina Social da Igreja e pelas organizações políticas de teor autoritário, eventualmente fascistas.

A Igreja Católica, instituição milenar e que, a despeito dos reveses enfrentados ao longo de sua história, se apresenta no século XIX ainda como um importante lugar de enunciação e mesmo poder na sociedade percebe o agravamento da questão social, bem como as propostas alternativas de solução, como ameaças. O comunismo especificamente assumirá o papel de grande inimigo da Igreja, sendo interpretado no papel de inimigo escatológico, contra quem o povo de Deus, representado pelos católicos, teria seu triunfo final (MOTTA, 2001). Se mobilizando, portanto, contra os males do liberalismo, por um lado, e contra a ameaça comunista, de outro, a Igreja se articula a fim de propor uma solução de conciliação baseada em um entendimento orgânico da sociedade no qual as desigualdades seriam não só naturais como indispensáveis para uma coexistência eficiente dos diversos atores que formam a coletividade. É em tal perspectiva que em 1881 o papa Leão XIII vai afirmar na carta encíclica *Rerum Novarum*:

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. (LEÃO XIII (PAPA), 1881)

Apostando na conciliação a partir da fraternidade e coletividade, as recomendações da *Rerum Novarum* tanto lançam as bases da chamada Doutrina Social da Igreja, que seria uma via alternativa tanto ao liberalismo quanto ao socialismo, como também partilham e incentivam o ideal de organização social pautado no corporativismo. No entanto se a Igreja aposta na harmonia de uma sociedade orgânica pautada na inclinação fraterna, esta encíclica de 1881 será usada como motivação para a sugestão de modelos de organização social em que o Estado, buscando concentrar em si o papel de mediador de todas as relações, irá mesmo assumir posturas autoritárias e, apenas quando lhe for útil, sujeitas às orientações da Cúria Romana. Tal é o caso da experiência fascista italiana na década de 1920.

Para além do temor vigente pela ameaça socialista, o catolicismo de entre as décadas de 1880 e 1930 se vê em risco de uma maneira ainda mais profunda na medida em que seu

lugar como provedor de narrativa que emprega sentido à humanidade é colocado em questão pelo fenômeno da secularização. Paralelamente às tensões sociais e crises de referência, o período em questão é imerso em uma ideia de modernidade fundada no materialismo. Nesse sentido os discursos da Igreja, enquanto circunscritos a uma dimensão metafísica e espiritual, passam a ser desprivilegiados quando não ativamente rejeitados. Esse fenômeno, embora tenha se manifestado de formas diferentes em localidades diferentes, leva a Igreja a adotar posturas de circulação mais ativa nos aspectos seculares da vida social, dando seguimento e desenvolvimento às iniciativas lançadas pela *Rerum Novarum*.⁸

No ano de 1931, movido por tais circunstâncias e pela ocasião do aniversário de 40 anos da encíclica de Leão XIII, o Papa Pio XI publica a carta encíclica *Quadragesimo Anno*, documento em que ratifica e avalia a trajetória da Igreja junto aos problemas do seu tempo desde a *Rerum Novarum*. Neste documento, bem como em outros publicados por este papa, a um crescente incentivo e legitimação da participação direta dos fiéis católicos nos âmbitos de debate da sociedade, incluso a política. Daí ser Pio XI considerado o “papa da Ação Católica”, na medida em que é a partir de seu incentivo que, em todo mundo, o laicato se organiza a fim de engajamento político e social. No Brasil, as atividades de militância católica se iniciam já no começo do século XX com a atuação do Padre Júlio Maria, se opondo à laicização da República; passam pela mobilização dos intelectuais católicos em torno do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, chegando esta rede de intelectuais católicos, na década de 1930 a entrar em intercessão com a Ação Católica Brasileira, onde Alceu Amoroso Lima será ator de grande relevância.

2.2. Catolicismo Militante no Brasil: do Centro Dom Vital à ACB

Durante todo o período de vigência do regime monárquico no Brasil a Igreja Católica gozou de posição privilegiada possuindo o status de religião oficial do país. Muito embora permeada de restrições próprias do regime de Padroado, particularidade brasileira em que os clérigos nacionais teriam entre si e o papa a figura do monarca como ingerente dos assuntos religiosos, o catolicismo se valia então de muitos privilégios e segurança. Com o golpe militar que instaura a República, em 1889, no entanto, as relações entre religião e Estado se alteram.

⁸ Alexandre Oliveira ressalta as particularidades que os fenômenos de secularização e laicização assumem em contextos diversos, de modo que se em certos lugares tenha havido rechaço e perseguição direta à religião, em outros houve apenas a retirada de certas prerrogativas da Igreja em favor do Estado (OLIVEIRA, 2018, p.27).

A Constituição promulgada em 1891 estabelece a laicidade do Estado e, conseqüentemente, ocorre um apequenamento da influência dos meios clericais nas instâncias sociais do país. Contra tal situação há reações diversas, desde os movimentos messiânicos pela restauração da monarquia, como o liderado por Antônio Conselheiro em Canudos, até a mobilização de padres e leigos a fim de uma Restauração Católica no país.

os debates sobre a reação dos membros da Igreja Católica à laicização do Estado iniciaram com os Congressos Católicos em Salvador (1900) e no Recife (1902), que visavam à mobilização do clero e de fiéis nas áreas da educação, jornalismo e sindicalismo. As movimentações continuaram com o lançamento do livro *A Situação Atual da Religião no Brasil* em 1905, de autoria do padre Desidério Deschand. Os eventos foram fundamentais para estruturar os escritos de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, principal articulador do movimento de Restauração Católica, que agregou membros das diversas áreas da sociedade. (FERNANDES, 2019, p.71)

Nesse contexto de debates Jackson de Figueiredo é personagem relevante na medida em que demonstra disposição para a fundação de um partido católico no Brasil. Todavia sua intenção é obstada pelo temor que Sebastião Leme tem da reprodução, no Brasil, da experiência da *Action Française*, movimento político surgido na França nos fins do século XIX que, se inicialmente fora supostamente uma mobilização cívica de orientação católica, em um segundo momento tratou de ignorar a hierarquia eclesiástica se constituindo em um partido de extrema direita autoritário e insubmisso à Igreja. Assim, Leme incentiva Figueiredo à ação pela via da intelectualidade de onde surge em 1921 a revista *A Ordem*, e, em 1922, o Centro Dom Vital, que supriria meios para a produção e publicação da revista (ARDUINI, 2015, p. 23)

Se o Centro e sua revista irão sofrer algumas transformações profundas ao longo de décadas de existência, ainda assim pode-se identificar desde a fundação em 1921 até fins da década de 1930 uma linha com forte viés conservador, senão reacionário. Cândido Moreira Rodrigues indica que toda a rede de intelectuais ligados ao Centro Dom Vital estava em algum sentido influenciada pelo pensamento contra revolucionário francês representado por nomes como Joseph De Maistre e Juan Donoso Cortés, como também pelas teorias de objeção ao liberalismo e tendencialmente autoritárias vigentes então, enunciadas por nomes como o alemão Carl Schmitt. E ainda, sobretudo a partir de 1935, havia uma forte influência teórica do pensador católico francês Jacques Maritain, de quem Amoroso Lima será grande tributário (RODRIGUES, 2005).

Desde sua fundação a rede de intelectuais católicos em torno da revista *A Ordem* desempenha papel importante na promoção dos valores conservadores e mesmo na opinião a respeito da vida política no país. À Igreja, essa agremiação de leigos engajados é interessante na medida em que é consonante com o próprio projeto de recristianização que empreende, sem que haja algum tipo de divergência ou insubmissão. Em 1928, quando da morte de Jackson de Figueiredo, a sucessão aos postos por ele ocupados encontra como critério principal a disposição a obedecer e se sujeitar à hierarquia eclesiástica.

Para a espinhosa missão de encontrar um substituto para Figueiredo, Leme precisava de alguém que fosse capaz de entender a complexidade da situação brasileira e estabelecer estratégias para agir em seu interior, sem escapar do controle dos bispos e do Cardeal em particular. Por esse motivo, tanto a condução do Centro como a da organização operária que viria a se formar a partir do Centro foram atribuídas a Amoroso Lima (ARDUINI, 2009, p. 44).

Ao corresponder tais expectativas o intelectual foi convidado pelo bispo Sebastião Leme a compor a diretoria da Liga Eleitoral Católica (LEC), criada em 1932, e da Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935. A ACB, organização civil da Igreja que viria a conglomerar o conjunto de órgãos leigos criados desde a década de 1920, teve como razão de existência a mobilização dos fiéis, através do associativismo, para a influência na vida cotidiana da sociedade vis-à-vis as ideologias e projetos concorrentes àquele cristão. Nesse sentido, sua criação sob observação de Sebastião Leme, se coloca a partir da postura de atuação direta com a ressalva de neutralidade no que tange a posições político-partidárias além de sujeição à autoridade eclesiástica. Desse modo, eventuais apoios políticos da Igreja deveriam ocorrer sem discriminação de projetos partidários específicos mas movidos pelo alinhamento dos sujeitos políticos ao programa católico. A fim de afirmar estar no mesmo passo que Sebastião Leme, o próprio Alceu escreve em artigo na revista *A Ordem* sobre a importância de zelo ao caráter extra e suprapartidário das intervenções católicas na política.⁹ Aí se identifica, no entanto, uma situação singular: Alceu fora, à sombra de Sebastião Leme, o grande nome da Ação Católica no Brasil, afirmando e divulgando seu programa e posturas; paralelamente ele chega a expressar certa simpatia ao integralismo de Plínio Salgado, o que parece contradizer seu próprio discurso de não alinhamento partidário. A partir disso, captar mais a fundo a proximidade do intelectual católico com o Integralismo da AIB acaba por contribuir para a investigação mais profunda da convergência entre discurso - de neutralidade

⁹ LIMA, Alceu Amoroso. Os católicos e a política. *A Ordem* n 14(12), jul/dez 1934.

e apartidarismo, em cautela contra a experiências europeias de surgimento de partidos autoritários de inspiração católica mas rebeldes em relação a Roma - e prática da Ação Católica em solo brasileiro. Há ainda uma demanda de compreensão mais profunda sobre que interpretação a Igreja dá ao uso de seus elementos pela AIB.

2.2. Espiritualismo ou oportunismo? A instrumentalização da religião pela Ação Integralista Brasileira

Emergindo da ala chamada “verde-amarela” do movimento modernista, ala esta caracterizada por uma forte orientação nacionalista, o escritor Plínio Salgado desponta na década de 1930 como fundador da Ação Integralista Brasileira. A agremiação política que se lança como anti establishment tem sua fundação demarcada pela publicação de seu manifesto, em 1932, o chamado “Manifesto de Outubro”. Neste documento de autoria atribuída ao próprio Plínio Salgado são lançadas as bases do movimento em dez tópicos temáticos que delineiam as estratégias, inspirações e perspectivas de futuro da AIB. Se por um lado, o ideal nacionalista de caráter corporativista e autoritário emana do texto, por outro, há também uma forte conotação de restauração moral do país, que é associada à religião. O documento inicia com a expressão “Deus dirige os destinos dos povos”, indicando que a AIB, à distinção dos partidos políticos vigentes à época, marcados pelo laicismo, cedia consideração a uma dimensão espiritualista dos processos sociais. Nas palavras do autor referencial Héglio Trindade: “no Brasil, o integralismo, sensível à tradição religiosa do povo, incorpora à doutrina uma concepção espiritualista do homem e da história. Afirma que a degradação da civilização contemporânea é provocada pelo abandono dos princípios morais e religiosos” (TRINDADE, p. 94). Tal conformação doutrinária é fator gerador de aproximação de católicos que passam a ver na agremiação algo símile à representação da Igreja na política.

Apesar dessa aproximação referida, a Igreja em nenhum momento chega ao ponto explícito de sagrar a AIB como representante oficial dos católicos na política. Antes, os pronunciamentos oficiais indicam que ela deveria se mobilizar através da ACB e suas organizações filiadas. Há que se perceber que as relações entre o catolicismo e o integralismo em geral não foram homogêneas em todo tempo e, assim como nos lembra Marilena Chauí, parece arriscado uma naturalização da associação direta entre catolicismo e integralismo como versões situadas em locais diferentes (política e religião) da mesma coisa.

É preciso lembrar que as relações da AIB com a Igreja sempre foram complicadas e nem sempre pacíficas, havendo necessidade, a cada passo, por parte do Chefe, de provar sua ortodoxia e apelar para o testemunho de eclesiásticos integralistas. A ambigüidade de Tristão de Athayde, com quem será travada interminável polêmica, os ataques de D. João Becker, arcebispo de Porto Alegre, ao lado do pouco fervor religioso de Gustavo Barroso e das reservas de um Miguel Reale, tornam problemático admitir como fonte da posição anticomunista a posição religiosa dos membros da AIB (CHAUÍ, 1978 apud CORDEIRO, 2008, p.115).

Depreende-se que as intercessões entre a doutrina de Plínio Salgado e o catolicismo, ainda que parte de uma intenção ideológica doutrinária genuína, não escapa do jogo de pragmatismo político, interessante e útil a um movimento novo que buscava se afirmar entre os setores conservadores da sociedade. Fato é que em um contexto de posições diversas, Alceu Amoroso Lima, que durante o período de atuação legal da AIB, entre 1932 e 1937, é parte dos quadros de diretoria tanto do Centro Dom Vital quanto a ACB, apresenta posições que se aproximam da anuência em relação ao integralismo. Ao mesmo tempo, propala a concepção extra partidária que devem ter os católicos. É o que Chauí aponta como ambigüidades. A respeito dessas ambigüidades tratará o próximo capítulo.

Capítulo 3: Entre discursos: as posições paralelas de Amoroso Lima

O regime político instaurado a partir do golpe de 1930 é marcado por algumas permanências da ordem institucional imediatamente anterior, e mesmo um discurso de aperfeiçoamento e moralização dessa ordem. Tal é o caso do sistema eleitoral, já vigente na Primeira República mas modificado após 1930. Em oposição às denúncias e suspeitas de mácula nos processos de voto, bem como suas regulamentações controversas e restrições aos grupos autorizados a votar que flexibilizam a ideia de democracia, a República, a partir de Getúlio Vargas, buscou minorar tais acusações. Nesse sentido o Código Eleitoral, publicado em 1932, que instituiu uma Justiça Eleitoral, além de alargar o contingente populacional apto a votar acaba por situar a política e a participação dos cidadãos como parte determinante da vida social do país (PANDOLFI, 2007).

A Igreja Católica, na figura do bispo Sebastião Leme, vê esse contexto como mais uma janela de oportunidade para sua supracitada missão de recristianização nacional. Assim, paralelamente à aproximação pragmática que o clero faz do governo de Getúlio Vargas, Leme orienta a criação, em 1932, da Liga Eleitoral Católica indicando Amoroso Lima ao cargo de secretário geral. A Liga nasce com o objetivo de que os católicos, maior parcela da população, fossem instruídos a fortalecer as candidaturas de pessoas cujas propostas estivessem alinhadas aos interesses da Igreja - em tese sem que houvesse discriminação partidária.

A LEC fez suas primeiras atuações nas eleições municipais de 1933, eleições essas que contaram com o primeiro voto feminino. Mesmo não tendo todos os poderes de um partido político, as ligas possuíam grande importância no cenário político do país, pois, através de coalizões, deixavam suas pretensões às claras nas arenas políticas. (OLIVEIRA, 2018, p.65)

No mesmo passo que a LEC tenha obtido importantes conquistas, sobretudo nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1934, o que garantiu vitórias para a intenção de recatolização do país,¹⁰ sua própria existência e essência se torna alvo de questionamento. Se por um lado a LEC está posta como alheia a disputas partidárias - discurso que se intensifica após a criação oficial a ACB, em 1935 - por outro, há uma clara objeção ao PCB e, da parte de Amoroso Lima, impressões simpáticas a respeito da AIB que colocam em dúvida a

¹⁰Amoroso Lima, a propósito, dedica dois importante artigo na revista A Ordem a esse respeito: Nossas primeiras vitórias (LIMA, 1934), e Os perigos da nossa vitória (LIMA,1934), onde analisa a participação de representantes das proposições católicas na constituinte de 1934, suas potencialidades e debilidades.

neutralidade da organização. Além disso, há por parte de alguns católicos a cobrança direta de que a LEC assumisse de fato o caráter partidário, tomando posições mais claras e contundentes na política. É nesse contexto que, entre 1934 e 1935, o líder do laicato irá fazer relevantes pronunciamentos na revista *A Ordem*, tanto a respeito da essência da LEC e a participação católica na política quanto sobre o integralismo. São os artigos *Os católicos e a Política*; *O espírito do nosso voto*; e *Catolicismo e Integralismo*, este último mais extenso, dividido em três partes. As próximas seções pretendem fazer aproximações das ideias que se depreendem dos referidos textos, sob a perspectiva de uma ambiguidade entre o discurso oficial da ACB e a posição de Lima - sendo este discurso da ACB afirmado pelo próprio intelectual, não obstante.

3.1. LEC: Um partido católico? Os anseios dos fiéis e a posição da Ação Católica

As mobilizações sociais oriundas de São Paulo no ano de 1932 contra o chamado Governo Provisório de Getúlio Vargas, que à altura não era regulamentado por carta constitucional, surtem efeito no ano seguinte com a convocação de eleições para a composição da Assembleia Constituinte. Muito embora tenham os católicos obtido sucessos tanto nesse pleito quanto no resultado final - o texto da Constituição de 1934 com significativos acenos ao catolicismo - o cenário político ainda se mostrava marcado por grandes disputas nas quais a Igreja percebe a demanda de demarcar mais terreno. Concorrendo com os interesses e projeto da ACB, o Brasil do período viu crescer: a mobilização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que sob a orientação da Rússia comunista, estava comprometido com um projeto de reprodução e extensão do sistema socioeconômico então vigente naquele país; a AIB, com seu projeto de extrema direita nacionalista e corporativista; e a Aliança Nacional Libertadora, movimento de grande adesão entre militares, dotado paralelamente de um caráter progressista e positivista. Em cenário tão diverso, diante da cobrança de alguns setores leigos de uma posição mais direta da ACB por um lado, e da omissão e indiferença de alguns católicos, de outro, Amoroso Lima publica, no primeiro semestre de 1934, textos de encorajamento e esclarecimento.

Em *Os católicos e a política*¹¹ trata de apontar de forma bastante didática o que, em sua perspectiva, seria a consideração adequada que os fiéis devem ter em relação à

¹¹ LIMA, Alceu Amoroso. Os católicos e a política. *A Ordem*. n 14(12), jul/dez 1934.

participação na vida pública. Elenca assim uma série de comportamentos e práticas que estes deveriam ter a fim de estarem em paz com sua consciência cristã e em dia com suas responsabilidades sociais. Desse modo, Lima aponta inicialmente que é condenável que os leigos, em relação à política, sejam movidos por rejeição absoluta, indiferença, e entusiasmo extremado. No que tange aos dois primeiros pontos, pode-se apontar que estão em muito associados ao próprio movimento geral da Igreja de ocupar as esferas de debate público se impondo institucionalmente como já abordado até aqui. Há portanto um chamado à atividade. Sobre o terceiro ponto, porém, verifica-se uma ressalva. Aos católicos entusiasmados demais “que só vêm na Ação Católica a atuação da LEC, subordinam tudo mais à nossa intervenção na política, e [que] querem fazer da LEC praticamente um partido”,¹² Alceu recomenda moderação. Condena sua atitude na medida em ela eleva a política acima das demais áreas de atuação da Igreja onde a Ação Católica também teria jurisdição.

Tendo feito tais observações condenatórias, Lima trata de responder aos críticos que acusam a ACB e a LEC de assumirem posturas brandas e pouco efetivas. Afirma o caráter da Liga que a distingue dos partidos políticos, na medida em que estes são pautados por autonomia, enquanto que a LEC está sujeita tanto à intervenção da hierarquia eclesiástica quanto ainda à necessidade de se manter “fora e acima dos partidos políticos.”¹³ Essa posição isentaria a organização de assumir posturas mais enfáticas e diretas como lançar candidatos próprios ou assumir alguma inclinação partidária clara. Cabe dizer que essas falas se dão em um momento em que a Igreja está envolvida em acordos mútuos com o governo de Getúlio Vargas de tal maneira que é importante que ela não se posicione de modo a parecer oposição ao governo. Antes, parece haver uma pretensão pragmática. Há ainda uma ideia corrente à época de se associar os partidos políticos à baixa política, confusão e interesses espúrios, ideia da qual a LEC queria se manter afastada. O ímpeto de rejeição aos partidos políticos diz do espírito anti democracia liberal em voga na década de 1930 e se expressa também na própria AIB. O *Manifesto de Outubro* traz uma secção dedicada especialmente a tratar dos partidos e ali os condena enquanto estrutura organizadora da vida política do país.

Não obstante, é interessante a ressalva que Lima faz em relação aos partidos quando diz:

Pode haver, porém, (e há tendência crescente em toda parte para que o haja), partidos políticos que aceitem **integralmente** os princípios catholicos, sem

¹² LIMA, Alceu Amoroso. Os católicos e a política. A Ordem. n 14(12), jul/dez 1934, p. 159.

¹³ ibidem, p. 160.

que tenham o rótulo religioso ou se prevaleçam dos seus princípios para forçar os catholicos a ingressarem em suas fileiras. Mesmo nesse caso, porém, que já se delineou no Brasil e possivelmente se apresentará de novo, no futuro, não se confundem a Ação Católica ou a LEC, com esse gênero de partido, que terá sua plena autonomia em sua atuação em terrenos políticos de livre opinião entre catholicos, ao contrário da LEC. Não tem, pois, um partido nessas condições direito de exigir preferências da LEC (...) essa preferência virá naturalmente, sem dúvida, dos próprios católicos. Mas não por autoridade.¹⁴

A palavra “integralmente” que, cabe dizer, aparece assim frisada na revista *A Ordem* poderia ser compreendida como um jogo de linguagem, uma referência indireta à AIB. Hipótese à parte, chama a atenção o fato de que se o autor constrói ao longo de todo seu artigo a noção de não há uma posição política específica que concentre e represente os interesses católicos, por outro, quando afirma que “naturalmente” haverá uma preferência dos católicos a determinada posição não explicitada, sua construção argumentativa parece se fragilizar em análise mais detida. Lima encerra esse artigo enumerando comportamentos que os católicos “devem e não devem” e “podem e não podem” ter na política. Sendo os pontos apresentados mera síntese de todo esse ideal militante e ao mesmo tempo supra e extra partidário que seria o orientador da ACB, cabe apenas ressaltar a proibição de “utilizar-se da religião para patrocinar qualquer partido político [e] subordinar os interesses catholicos aos interesses de um partido.”¹⁵

Em *O espírito do nosso voto*¹⁶ Alceu irá mais uma vez ressaltar a importância da participação dos leigos no processo eleitoral porém agora fazendo considerações a respeito do pragmatismo desse momento de pleito. Neste artigo é ressaltado caráter espiritualista que Lima atribui a todos os aspectos da experiência humana, incluso a política. Ao afirmar que “temos por nós o tempo e trabalhamos pelo bem das almas e não pelo poder”¹⁷, fica evidenciada uma intenção de fundo muito ligada a uma perspectiva providencial da História, em que as atividades humanas seriam alvo de uma reconciliação divina que estaria se dando através das estruturas sociais e que se manifestaria progressivamente ao longo do tempo. Assim, a posição dos católicos nos processos eleitorais seriam movimentos que cumpririam, a longo prazo, a dita reconciliação da sociedade com um parâmetro moral de ordem divina, de acordo com o pensamento do intelectual.

¹⁴ LIMA, Alceu Amoroso. Os católicos e a política. *A Ordem*. n 14(12), jul/dez 1934, p. 162.

¹⁵ *ibidem*, p. 165.

¹⁶ LIMA, Alceu Amoroso. *O espírito do nosso voto*. *A Ordem*. n.14(12), jul/dez 1934.

¹⁷ *ibidem*, p.344.

Essa visão que conta com a noção de passagem do tempo será retomada quando Lima irá buscar distinguir alguns pontos de vista entre o entendimento católico e o da AIB sobre a chegada ao poder. Ao passo que a agremiação de Plínio Salgado contava com uma iminente vitória e transformação das estruturas, Amoroso Lima estava mais preso à realidade factual daquele momento que contrariava perspectivas por demais apressadas e certeiras. Sob tal visão, usa desses dois artigos para orientar, na medida do que julga sensato, as ações dos fiéis que esperavam da Igreja uma posição em naquele cenário. Percebe-se uma tentativa de se prender à sujeição ao clero - ressalte-se que Sebastião Leme privilegia o local de fala de Alceu na medida em que ele se mantém fiel aos pressupostos e interesses do clero - mas ao mesmo tempo, nas margens, percebe-se escapar no discurso em nome da ACB uma certa inclinação pessoal do intelectual

3.2. Integralismo e Catolicismo por Amoroso Lima

No mesmo número d'*A Ordem* de 1934, em que são publicados os artigos mencionados acima, bem como no número seguinte, publicado em 1935, Amoroso Lima se dedica a tratar do integralismo. Naquela altura o movimento liderado por Plínio já contava com milhares de filiados espalhados por todo o território nacional, dentre os quais muitos homens e mulheres comprometidos também com a religião católica. O discurso moralizante e espiritualista da AIB não só atrai parte dos fiéis e clérigos como também acaba por ser fator de confusão entre os primeiros, na medida em que as intercessões entre catolicismo e integralismo, não raro, tenham tentado, ofuscar as suas diferenças - por parte do integralismo sobretudo. O líder do laicato vê então a incubência de traçar essas linhas, e escreve sobre qual deve ser a posição dos católicos diante do integralismo.

Muito embora Lima seja reconhecidamente uma voz autorizada pelo clero a se pronunciar ao laicato em nome da Igreja, ele inicia suas considerações sobre o integralismo afirmando que “tanto desta vez como de todas as demais, não falo em nome dos católicos, pois não possuo autoridade alguma para isso, mas apenas no meu próprio nome.”¹⁸ Passa então a traçar os parâmetros pelos quais analisará o movimento. Assim distingue que existem, em sua perspectiva, duas dimensões em que há que se interagir com o integralismo. A primeira seria a dimensão chamada psicológica, relativa à percepção conceitual da AIB. A

¹⁸ LIMA, Alceu Amoroso. Catolicismo e Integralismo. *A Ordem*. n.14(12), jul/dez 1934, p. 404

segunda seria a dimensão social, relativa às posturas práticas objetivas decorrentes dessa interação.

Do ponto de vista psicológico, Lima orienta que há três atitudes a se evitar, quais sejam a condenação, a exaltação e a expectativa. Condenação, para ele, é entendida como aquela rejeição dada ao integralismo não pelo que ele é em si só mas por ser o oposto um outro sistema político secular qualquer julgado como intrínseco ao catolicismo. A argumentação de Lima é que esse sistema não pode sequer existir e que é temerário atrelar a Igreja a uma postura secular específica, como o liberalismo por exemplo. Nessa mesma linha o intelectual condena a exaltação da proposta oferecida pela AIB. Mais uma vez afirma que os destinos da Igreja não tem relação necessária com as doutrinas seculares e, citando o exemplo dos padres liberais do passado que nos anos 1930 seriam um exemplo a não se seguir, aponta que o mesmo poderia se suceder no futuro aos que exaltam o integralismo.¹⁹ Por fim, ao rejeitar a posição de “expectativa” Lima orienta que se evite a passividade da indiferença de se esperar vir o que vier sem que se tome parte do processo. Neste último ponto há menção tanto ao já comum convite ao abandono da passividade da ACB como um chamado a, no mínimo, um olhar mais atento ao integralismo.

No momento posterior ao trato do que se deve evitar Lima indica que há antes que se adotar uma postura de *compreensão* do integralismo, o que seria uma “penetração simpática do movimento.”²⁰ Essa simpatia encontra como fundamento o fato, apontado por Lima, de que tanto a Igreja como a AIB eram co-beligerantes na oposição ao liberalismo e ao comunismo. Para além disso, a agremiação política é indicada como a mais bem relacionada com os propósitos da ACB, muito embora tal posição parece atritar com as colocações precedentes no artigo. Tudo isso leva Lima a declarar, por fim, que uma segunda atitude é possível aos católicos além da compreensão, qual seja a participação:

Os leigos podem perfeitamente participar do movimento integralista, com mais razão ainda que participam de qualquer outro partido, tanto mais quanto o Integralismo foi a agremiação política que de modo mais explícito e peremptorio, em suas recentes “directrizes”, aceitou todos os pontos do nosso programa.²¹

Esse incentivo à participação, no entanto, é condicionado à presença de vocação política, fidelidade aos preceitos da religião acima da fidelidade ao movimento político e não

¹⁹ LIMA, Alceu Amoroso. Catolicismo e Integralismo. A Ordem. n.14(12), jul/dez 1934, p. 408.

²⁰ *ibidem*, p. 410.

²¹ *ibidem*, p. 413.

participação nos cargos de diretoria da ACB. É sobre essas condicionantes que irão tratar as duas partes seguintes do artigo de Alceu sobre catolicismo e integralismo. No que respeita à demanda de vocação política, ela está muito relacionada à distinção que a ACB faz entre ação política e ação social. Se aquela primeira assume caráter mais restrito e ligado às esferas de atuação institucional, esta última seria dotada de maior abrangência, e não necessariamente ligada à política partidária. Nesse sentido, os católicos dotados apenas de vocação à ação social e não política seriam mais úteis à causa da Igreja militando pela ACB em mobilizações sociais que militando, neste caso, na AIB.

A segunda restrição, concernente à fidelidade para com a consciência católica, se dá em vista de que “o integralismo apresenta-se não somente como movimento político mas como uma filosofia social, e mesmo como uma filosofia de vida”²² e que assim poderia o católico que na AIB tomasse parte se ver tão absorvido pelas suas tarefas e militância que passaria a desprezar a Igreja. Nesse sentido é ressaltada mais uma vez a preocupação de Lima com a obediência e sujeição não só à hierarquia eclesiástica em sua dimensão de autoridade direta e pessoal, como também em sua dimensão de autoridade simbólica e espiritual. A terceira restrição, referente aos que ocupassem cargos de direção na ACB se impõe, de acordo com Lima, pela necessidade prática de tempo e disponibilidade que as ocupações de militância requerem, e também pelo senso de independência que a ACB prezava e afirmava.

Lima conclui suas considerações com palavras amistosas ao integralismo:

“Disse tudo e portanto, não se veja em minhas palavras senão o que elas contêm. Tenho pelo movimento integralista a mais viva simpatia, como tenho pelo fascismo e por toda essa moderna reação das direitas, que mostraram a não inevitabilidade do socialismo. E, ao seu contrário, a possibilidade de reagir contra os erros da burguesia, do seu capitalismo e da sua democracia, sem o recurso à Revolução violenta e à ditadura do proletariado. (...) Considero o integralismo, na ordem política brasileira, um movimento, não só necessário, mas capaz de amanhã conquistar o poder. Não com essa rapidez que os seus chefes ou alguns entusiastas admitem (“dois anos”, é o que muitos dizem) - mas em prazo não remoto.”²³

Há que se mencionar que Lima faz algumas ressalvas que, em perspectiva de um interesse profundo na manutenção da fidelidade aos dogmas e preceitos católicos, deveriam ser bastante significativas na delimitação do que é incompatível entre a doutrina da AIB e a da

²² LIMA, Alceu Amoroso. Catolicismo e Integralismo II e III. n. 15(13), jan/jun 1935; p. 7.

²³ ibidem, p. 13.

Igreja, como por exemplo a necessidade dos militantes de prestarem um juramento a Plínio Salgado. No entanto, a essas potenciais objeções são colocadas como mais relevantes as aproximações e convergências, indicando quão alta fora a posta que Alceu fizera sobre a AIB.

Conclusão

Jean François Sirinelli, discutindo a avaliação, pelas vias do ofício histórico, do poder de impacto dos intelectuais na realidade política sugere “a parcimônia do historiador para que não se crie panteões, por um lado, nem mesmo fossas comuns de outro.” Referindo-se ao risco que há de sumariamente se repudiar ou louvar intelectuais por conta de sua suposta responsabilidade nos acontecimentos políticos, o autor sugere antes que se tente “destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época.” (SIRINELLI, 1996, p.261). Parece um caminho adequado para que se pense a vida de Amoroso Lima com o integralismo.

Este trabalho procurou indicar a aplicação dos pressupostos espiritualistas e conservadores do intelectual católico em sua percepção da política real no contexto em que vivia. A análise de seus escritos indicou que ele, paralelamente, buscou um alinhamento aos paradigmas estabelecidos pela instituição à qual não somente estava filiado como era-lhe representante, e, na medida de sua margem de manobra, apresentou também um posicionamento algo diverso desses mesmos paradigmas. As simpatias de Lima para com o integralismo, se parecem contraditórias - como de fato conclui-se que são - e questionáveis em face da neutralidade que a ACB apregoava e em face do enredo com que se executa a história da AIB no tempo presente, podem também dizer, na verdade de um contexto mais abrangente relacionado tanto à cultura política de sua época quanto a uma esfera do intelectual que tem ligação com vida pública do país mas que se situa em sua sociabilidade e questões de foro privado.

Nesse sentido, o intento de destrinchar as relações entre Alceu Amoroso Lima, o integralismo, a Doutrina Social da Igreja e o zeitgeist (ou, para este caso, Cultura Política) dos anos de 1930 no Brasil se impõe como tarefa relevante para a compreensão das intercessões entre política, intelectualidade e religião. A análise feita neste trabalho se oferece como um degrau inicial.

Referências:

FONTES:

Artigos de Alceu Amoroso Lima publicados na revista *A Ordem*

LIMA, Alceu Amoroso. O sentido de nossa vitória, junho/1934.

LIMA, Alceu Amoroso. Perigos de nossa vitória, julho de 1934.

LIMA, Alceu Amoroso. Os católicos e a política. n. 14(12), jul/dez 1934;

LIMA, Alceu Amoroso. O espírito do nosso voto. n. 14(12), jul/dez 1934;

LIMA, Alceu Amoroso. Catolicismo e Integralismo. n. 14(12), jul/dez 1934;

LIMA, Alceu Amoroso. Catolicismo e Integralismo II e III. n. 15(13), jan/jun 1935.

Documentos Clericais

LEÃO XIII. Carta **Encíclica** “Rerum Novarum: Sobre a condição dos operários”. Maio. 1881.

Disponível em:

http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 15/10/2019.

LEME, Dom Sebastião. Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese. Petrópolis-RJ: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.

PIO XI. Carta Encíclica “Quadragesimo Anno: 40º aniversário da Rerum Novarum. Maio. 1931. Disponível em:

https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 15/10/2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARDUINI, Guilherme Ramalho. Em busca da Idade Nova: Alceu amoroso lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945). Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

CAUVILLA, Waldir. O pensamento político de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) na década de 30. São Paulo, 1992, 173 fl. Dissertação (Mestrado em História) –Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

CORDEIRO, Leandro Luiz. Alceu Amoroso Lima e as posturas políticas na Igreja Católica brasileira (1930 - 1950) 223 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, MARINGÁ Biblioteca Depositária: UEM. 2008.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Um itinerário no século : mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio ; São Paulo : Loyola, 2006.

DARTON, Robert. (1984). Apresentação. In: O Grande Massacre de Gatos; e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XIII-XVIII.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Nota Biográfica: Alceu Amoroso Lima. In: Dicionário Biográfico Brasileiro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-alceu-amoroso>. Acesso em: 11/10/2019.

FERNANDES, Allan Felipe Santana. A Igreja Católica e o Movimento de Recatolização no Início do século XX. Faces de Clio, v. 5, n. 10, p. 70-86, 15 out. 2019.

LEME, Dom Sebastião. Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese. Petrópolis-RJ: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.

LIMA, Alceu Amoroso. Indicações políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

LOPES, Douglas Branco Pessanha. Plínio Salgado e Alceu Amoroso Lima : integralismo, crise e revolução nos anos de 1930. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Alexandre Luís. A política dos cardeais: Uma análise transnacional da atuação de Sebastião Leme e Manuel Cerejeira (1930/1945). Tese. PPG em História. PUCRS. 2018.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo, v.2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.13-38.

RODRIGUES, Cândido Moreira. A Ordem – uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Notas sobre a “fortuna crítica” do intelectual Alceu Amoroso Lima. In: Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jul., 2012. p. 65-78.

SIRINELLI, Jean François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René (org.) Por uma história política. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-270

TRINDADE, Hélió. O universo ideológico do integralismo. In: TRINDADE, Hélió. A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 59-102